
Meio Ambiente e Fronteira: a Exploração dos Recursos Naturais na Fronteira Brasil-Argentina-Uruguai

Environment and Border: the Exploitation of Natural Resources on the Brazil-Argentina-Uruguay Border

Susana Cesco

Programa de Pós-Graduação em Demografia – UNICAMP. E-mail: susanacesco@gmail.com

Helena Basso Feil

Mestre em Ciências Biológicas, Assistente em Administração na UNIPAMPA, Campus São Borja. E-mail: hebassofeil@gmail.com

Carla Renata Santos Silva

Acadêmica do Curso Ciências Humanas – Licenciatura, na UNIPAMPA, Campus São Borja. E-mail: caiasil@hotmail.com

Artigo originalmente apresentado no **III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)**, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - Este trabalho visa entender o processo de ocupação e transformação histórica ambiental das fronteiras oeste e sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai no século XIX e início do século XX, com destaque para as interpretações de viajantes e naturalistas europeus sobre esse processo. Serão abordadas questões relacionadas à ocupação da região e à transformação e degradação ambiental, especificamente da faixa costeira do rio Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina e ao sul com o Uruguai, em decorrência das atividades extrativas, agrícolas e pecuárias. Considera-se relevante para a análise o mapeamento de “relatos de viajantes” como Alejo Peyret e Arsène Isabelle, além de estudos locais e imagens fotográficas que “acompanharam” esse processo de transformação.

Palavras-Chave: Transformação Ambiental; Fronteiras; Rio Uruguai.

Abstract - This study aims to understand the process of occupation and environmental historical transformation of western and southern borders of Brazil with Argentina and Uruguay in the 19th century and early 20th century, especially the interpretations of European travelers and naturalists on this process. It will address issues related to the occupation of the region and the processing and environmental degradation, particularly in coastal waters of the Uruguay river in the state of Rio Grande do Sul, bordering Argentina and south with Uruguay, as a result of mining activities, agricultural and livestock. It is considered relevant to the analysis mapping "travelers reports" as Alejo Peyret and Arsène Isabelle, and local studies and photographic images that "accompanied" the process of transformation.

Keywords: Environmental transformation; Borders; Uruguay river.

Introdução

A colonização programada no sul do Brasil durante o século XIX e início do século XX trouxe, além de um significativo contingente populacional, uma nova forma de apropriação e transformação da natureza da região. Esse processo de transformação também pode ser observado, no mesmo período, em toda a região fronteira da porção sul

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 152-164, jul.-dez.,2016

do Brasil e nos lados argentino e uruguaio da linha de fronteira. Mesmo com a oficialização dos limites territoriais de Brasil, Argentina e Uruguai ocorreram avanços e recuos das fronteiras políticas que não garantiram uma hegemonia territorial na área durante grande parte do século XIX. Efetivamente, os limites atuais só foram demarcados no apagar das luzes do século XIX e início do século XX, como o caso do oeste de Santa Catarina e da Província Argentina de Misiones.

Em relação à formação da fronteira do Império Brasileiro com a República Oriental do Uruguai, importa ressaltar o que diz Magnoli sobre as fronteiras nunca serem naturais, já que mesmo ao seguirem o curso de um rio, como no caso estudado nesse trabalho, sua delimitação é definida por um ato político. Em seguimento a essa visão, observa-se que o “limite natural” de fronteira existe antes de sua efetiva delimitação ou definição, mas necessita desse ato político para seu reconhecimento oficial. Dessa forma, os homens deveriam buscar descobrir essas fronteiras entre a natureza, mas “Jamais existiu uma unidade política colonial. A América Portuguesa, submetida como um todo à soberania da Coroa foi fragmentada em diferentes colônias [...]” (MAGNOLI, 2005, p. 15).

Nesse período ocorrem muitos conflitos entre as Coroas Ibéricas que, posteriormente, refletiram diretamente na ocupação e na transformação sócio-ambiental da região de fronteira. A mineração e a expansão de fazendas e dos caminhos do gado, especialmente, expandem a ocupação territorial muito além do que foi estipulado pelo Tratado de Tordesilhas, deixando a paisagem à mercê dos criadores e fazendeiros que ocuparam as terras, transformando natureza virgem em pastagens, plantações e fazendas cercadas para extração de produtos naturais.

A questão ambiental pode ser vislumbrada nesse fato, visto que houve devastação sem nenhuma preocupação com os recursos naturais dessa porção sul do país. As regiões fronteiriças da Argentina e do Uruguai, destacando o período a partir da segunda metade do século XIX até o século XX, mais especialmente na década de 1930, quando se inicia o discurso da preservação ambiental, pouco mudaram em relação à necessidade de cuidado com os recursos naturais. Os ocupantes do período devastavam, extraíam e criavam gado em paisagens importantes para a manutenção da vida natural de todo o país, sem consciência de necessidades futuras.

É também nesse período, especialmente nas décadas finais do século XIX, que a sociedade argentina passa por grandes mudanças estruturais, idealizadas e colocadas em prática anos antes pelos então presidentes Sarmiento e José Luis Romero. A Argentina “se tornou mais européia e letrada devido ao aumento da imigração e à universalização do ensino básico” (FREITAS, 2010, p. 120)

A Argentina, no período em questão, deparava-se com a importante questão da ocupação e colonização da Patagônia e trabalhos de viajantes como o de Francisco Moreno, resultantes de suas incursões àquela região argentina já apontavam a importância de conhecer e estudar cientificamente o ambiente. Através do discurso científico, Moreno

(...) queria mudar a opinião do público argentino a respeito da região, provando que a colonização do *desierto* era possível. Moreno almejava preencher os vazios presentes nos mapas, convencendo o governo argentino a se tornar o promotor da ocupação racional do território (FREITAS, 2010, p. 120).

Antes da Patagônia, o governo argentino almejava recolonizar também a região de Misiones e Corrientes, até Entre Rios, locais anteriormente ocupados pelas reduções jesuítas guaranis que foram destruídas e fronteira com o Brasil e Uruguai, respectivamente.

Nesse sentido, partiremos de um estudo geo-histórico da região, analisando a ocupação histórica dessas terras, os biomas e “potencialidades econômicas” do período em questão e, na sequência, abordaremos os usos atribuídos a esses recursos e as

consequências ambientais e sociais desse processo, com ênfase ao lado brasileiro dessas fronteiras, em uma perspectiva comparada com seus vizinhos.

Biomass e Paisagens Sulistas

A região oeste do Rio Grande do Sul é composta por dois biomas: a mata atlântica e o pampa. Ambos se estendem para além das fronteiras nacionais alcançando a Argentina e o Uruguai. O bioma pampa, em especial, caracteriza-se por uma grande diversidade vegetal devido a condições climáticas favoráveis e à retenção de umidade no solo.

Na área abrangida pelo bioma Pampa encontra-se uma das maiores diversidades de vegetação campestre do mundo. A família das gramíneas é a que apresenta maior número de representantes nestes campos, com cerca de 400 espécies encontradas, seguidas pelas leguminosas com aproximadamente 150 espécies. Estima-se que o número de espécies, tanto de leguminosas quanto de gramíneas, pode ser ainda maior. A qualidade de um solo está diretamente ligada à sua atividade microbiana (KONIG, 2014, p. 4).

Nessa ampla faixa territorial coexistiram grandes estâncias e pequenas propriedades agrícolas familiares. Toda a região oriental e a faixa na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina pertencem à bacia do Rio Uruguai. Esse rio tem sua nascente no Rio Pelotas, na Serra Geral e só passa a se chamar Uruguai quando se junta ao Rio Canoas. A foz do Uruguai é no Rio da Prata. É um dos rios mais importantes na hidrografia da América do Sul, servindo de fronteira com a Argentina e entre a Argentina e o Uruguai.

O Rio Uruguai é um dos maiores rios e divisores de terras da região sul do Brasil, e faz a divisa entre Brasil e Argentina, passando por São Borja. Desde o início da colonização, configura importante canal para o sistema econômico sul-americano, visto que:

O rio Uruguai é o segundo sistema fluvial da bacia do Prata em importância. Desde as confluências dos rios Pelotas e Canoas, a montante, até sua confluência com rio Paraná assume a direção leste-oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Após a sua confluência com o rio Peri-Guaçu, escoar na direção sudoeste, servindo de fronteira entre o Brasil e a Argentina (RIGHI; ROBAINA, 2010, p. 36).

Este rio é de suma importância para os moradores ao longo de seu curso, em especial para os municípios ribeirinhos, onde as famílias tiram seu sustento por muitas décadas devido a facilidade de transporte ao longo do curso d'água e de transação entre o Brasil e a Argentina. A pesca profissional também faz parte da economia da maioria das cidades por onde o rio passa.

Essa região fronteira é uma área de transição da mata atlântica para o bioma¹ pampa e tem como cobertura vegetal predominante, em sua porção sul, o que se convencionou chamar de estepe (campos gerais planálticos e da campanha gaúcha), cuja fisionomia é bastante variável, apresentando uma grande diversidade de formações locais, em face, principalmente das várias diferenciações de solo. Os chamados campos da campanha, localizados em altitudes de até 300 m, apresentam uma grande variabilidade de formações vegetais, constituídas pelas famílias das gramíneas, compostas e leguminosas. Outra cobertura vegetal dessa região é a Savana Estépica, classificação empregada para denominar a área do "sertão árido nordestino" com dupla estacionalidade e também uma área disjunta no norte do estado de Roraima e duas outras áreas também disjuntas, uma no extremo sul do Mato Grosso e outra na barra do rio Quaraí, no Rio Grande do Sul. A disjunção do "Parque do Espinilho" ocorre na planície alagável situada no extremo sudoeste do Rio Grande do Sul, comentada nos relatos de viagem do naturalista Arsène Isabelle, nos anos 1830. Encontra-se ainda bastante preservada e seus ecotipos naturais revestem terrenos de deposição recente, localizados entre os rios Quaraí e Uruguai (IBGE, 2012, p. 270).

Segundo o IBGE, as estepes neotropicais² caracterizam-se como áreas de relevo plano ou suave ondulado, recobertas por vegetação herbácea contínua. A campanha gaúcha e os pampas argentinos são exemplos de estepes neotropicais, segundo o Serviço Florestal Brasileiro. Do ponto de vista ecológico, esses terrenos são importantes para a agricultura e pastagens (Figura 1) pois, segundo o IBGE que os classificou como “campanha gaúcha”,

Estes campos, atualmente descaracterizados e considerados como disjunções da grande Estepe sul-americana ou prairies do continente americano (Pampa), ocupam áreas com litologias diferentes, marcadas por clima ombrófilo, com chuvas bem-distribuídas durante o ano e temperatura média de 18o C, suavizada no inverno (IBGE, 2012, p. 271).

Com base nestas afirmações, o nome estepe parece adequado para os campos do sul do Brasil. Além disso, afigura-se também conveniente distingui-los com o nome estepe para realçar as diferenças ecológica, fitofisionômica e florística que apresentam com relação aos campos denominados Savana (Cerrado) do Brasil Central e, também, aos campos espinhosos chamados Savana-Estépica (Caatinga) do Nordeste semiárido brasileiro.

Figura 1: Pastagens e campos agrícolas do Pampa Gaúcho, atualmente.



Fonte: Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/rbs/image/4186869.jpg>> Acesso em: 06.08.2016.

O domínio da estepe estende-se por dois amplos e distintos ambientes: Planalto das Araucárias e Superfícies meridionais gaúchas do Planalto rio-grandense-do-sul, do Planalto da Campanha e da Depressão Central. Nas superfícies meridionais gaúchas referidas acima, a estepe conserva certa identidade pluviométrica com o Planalto das Araucárias, pois não apresenta período seco. No entanto, é submetida a maior amplitude térmica e batida mais frequentemente por frentes polares mais frias e dessecantes, o que intensifica a evaporação e transpiração e conseqüente ação do inverno, provocando secas ocasionais mais severas, que podem limitar as atividades vegetativas tanto das espécies nativas quanto das cultivadas. Em conseqüência, sua flora escassa arbórea é típica da Floresta Estacional Decidual (FED).

A Floresta Estacional Decidual (Figura 2), anteriormente denominada de Floresta Subtropical do Rio Uruguai, conhecida pelos colonizadores como a “Mata Branca” em oposição à “Mata Preta” (FOM), onde há a ocorrência de pinhais, compreende uma superfície aproximada de 47.000 km. Estende-se ao longo do curso médio e superior do rio Uruguai, em altitude mínima de 200 metros, e subindo seus múltiplos afluentes, até uma

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 152-164, jul.-dez., 2016

altitude de 600 a 800 metros. Nesta região, entra em contato com as matas dos pinhais no oeste do Planalto Ocidental Catarinense, extremo norte do Rio Grande do Sul, estendendo-se para o leste dos vales formados pelo Rio Uruguai até aproximadamente, o entroncamento dos rios Pelotas e Canoas.

Figura 2: Floresta Estacional Decidual na divisa entre RS e SC, atualmente.



Fonte: Disponível em: <<http://labdendro.com/blog/category/fitogeografia/>> Acesso em: 06.08.2016.

A Floresta do Alto-Uruguai (FED),

[...] constitui-se um prolongamento da pujante Floresta do Rio Paraná, vindo através da Província de Misiones, República da Argentina. É separada das matas do Vale do Rio Iguaçu pelos bosques de pinhais que se estendem ao longo das Serras da Fartura e de Capanema, até a Província de Misiones (NODARI, 2012, p. 36).

Perfazendo ao mesmo tempo a vegetação típica que ocupa as faixas dos divisores das águas dos rios Uruguai e Iguaçu, atingindo sua zona limite na metade norte do Rio Grande do Sul onde dá lugar a outro tipo de vegetação classificada como pampa, cujas características são de uma região predominantemente pastoril. Ecologicamente, caracteriza-se por uma vegetação de gramíneas e outras espécies herbáceas, compondo, em algumas regiões, ambientes integrados com a “Floresta Ombrófila Mista (araucárias) e mais ao norte do estado com a Floresta Estacional Decidual (mata branca)” (NODARI, 2012, p. 36). As planícies, os planaltos e as coxilhas têm relevo de suaves ondulações e são colonizados por espécies pioneiras campestres que formam uma vegetação semelhante à savana.

É nesse cenário e nas transformações dele, na segunda metade do século XIX e início do século XX, que residem nossas questões de pesquisa, mais especificamente nas transformações e usos conferidos ao ambiente e suas consequências – crescimento econômico, agricultura e pecuária, extrativismo vegetal e devastação. Do ponto de vista ecológico, o rio Uruguai, mesmo drenando águas de uma região agroindustrial importante, tem recebido pouca atenção pelo sistema de fiscalização no que tange à degradação de suas margens e poluição de suas águas. Essa “despreocupação” remonta ao século XIX, quando a região foi cenário de conflitos e disputas territoriais de base política que pouco ou nada consideraram as questões ecológicas diretamente influenciadoras da dinâmica econômica e política locais.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 152-164, jul.-dez.,2016

Do ponto de vista econômico, especialmente na primeira metade do século XX, a exploração da natureza local se dá pela seleção dos recursos dos biomas que compõe a região. Será dada especial atenção à região que engloba os domínios dos biomas mata atlântica e pampa. O primeiro pode ser definido pela presença predominante de vegetação florestal, que se estende por cerca de 37% do território gaúcho, ocupando a metade norte do estado. O segundo é a porção sul do estado gaúcho e é formado por campos e pastagens com vegetação arbustiva típica do bioma pampa que cobre 63% da área do Rio Grande do Sul.

A ocupação desse território também tem elementos importantes nas diferentes formas de exploração da natureza local.

Em 1920, o processo de ocupação das terras do Rio Grande do Sul estava consolidado (...), as condições históricas de ocupação geraram duas regiões diferenciadas quanto ao uso do solo, estrutura fundiária e quanto à divisão político administrativa. A região norte, ocupada por colonos (principalmente imigrantes), caracteriza-se por pequenos municípios e pela pequena propriedade onde se desenvolveu a agricultura familiar. Por outro lado, a região sul, que é composta de grandes municípios, grandes propriedades, pelo desenvolvimento da pecuária como principal atividade e dos produtos derivados dela (ROBAINA; RIGHI, 2010, p. 39).

Nas áreas de mata atlântica a madeira tornou-se um grande e valioso produto de exportação nas primeiras décadas do século XX, especialmente nas áreas fronteiriças com Santa Catarina. A madeira geralmente era comprada em pé, em propriedades de colonos. A compra era feita por um responsável conhecido como patrão que fazia a escolha das árvores que eram de seu interesse em uma determinada propriedade rural; depois de determinar quantidades e custos, os peões, que eram homens contratados para a derrubada e transporte, acampavam durante dias em meio à floresta para promover a derrubada das árvores com machados e serras manuais (CABRAL; CESCO, 2008, p. 44).

Essa madeira era transportada pelo rio Uruguai na forma de balsas (Figura 3) em que as toras eram amarradas com cipós e formavam grandes estruturas que chegavam a 80 ou 100 m.

Essas balsas ficavam montadas nas margens do rio até a época das chuvas que provocavam as conhecidas enchentes do rio Uruguai. Essas enchentes representavam um aumento de até seis metros no nível das águas, ficando assim, em “ponto de balsa” – expressão usada pelos balseiros para designar o momento ideal para o início da viagem (CABRAL; CESCO, 2008, p. 44).

Naquele período, imagens como a fotografia apresentada a seguir, eram sinônimo de fortuna e desenvolvimento para a região. Atualmente, a visão de cheias e enchentes do Rio Uruguai já não traz tanta alegria, visto que devasta as zonas ribeirinhas, hoje com bastante ocupação humana, geralmente não planejada e autorizada pelo Poder Público.

A área estudada nesse trabalho engloba “as margens” do rio Uruguai e a dita “fronteira seca” com o Uruguai e a própria noção de “fronteira” que tem diferentes interpretações entre habitantes locais, líderes políticos e a história oficial. Em outras palavras, a temática é relevante por ampliar as análises políticas que por muito tempo não se preocuparam em estudar a importância da transformação ambiental, da degradação e seu impacto e sua relação direta com hábitos, cultura e sociedades locais.

Agricultura, Pecuária e outros Usos da Terra

Essa região ao sul do Brasil é caracterizada por 'estepes' que estão submetidas a intenso processo de antropização, principalmente pela criação extensiva de gado aliada ao uso do fogo, fatores que condicionam sua estrutura e composição florística atuais. Em décadas mais recentes, intensificou-se a pressão antrópica sobre a estepe em consequência da ampliação da área produtora de grãos, especialmente de soja, que contribuiu para dizimar também a grande maioria das formações florestais da região sul do

país. Essa é uma “zona de transição” que ainda tem áreas pertencentes originalmente ao domínio do bioma mata atlântica, que se estendia por 37% do território do atual estado do Rio Grande do Sul, em sua metade norte, e cuja característica primeira é o fato de ter presença predominante de vegetação florestal e o pampa.

Figura 3: Descida de balsa em uma das curvas do Rio Uruguai.



Fonte: BELLANI, 1995, p. 125.

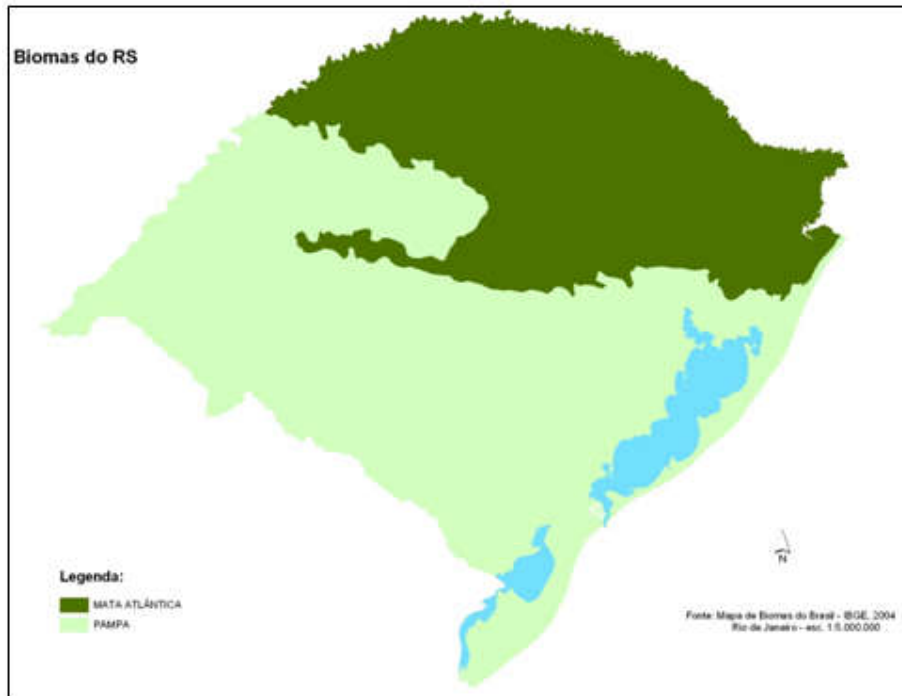
Essas estepes, que na época desfavorável apresentam coloração acinzentada, são dominadas por espécies dos gêneros *Stipa*, *Andropogon*, *Aristida* e *Erianthus*, o que demonstra que a estepe das superfícies meridionais gaúchas e a das situadas no Planalto das Araucárias foi de certo modo, igualada pelo uso, nem sempre adequado. Aliás, algumas áreas pontuais de terrenos areníticos, como as situadas entre os municípios de Alegrete e Itaqui, no Rio Grande do Sul, “parecem testemunhar um fenômeno de arenização tendente a expandir-se ante o uso inadequado dos solos” (IBGE, 2012, p. 271).

Acontece uma alternância de períodos quentes e frios, com a ocorrência de sensíveis variações da pressão atmosférica, que acabam por conferir a estas áreas uma característica climática própria, abrigando massas de ar quente ou frio, independentemente da dinâmica climática zonal. Tal fenômeno acontece devido à presença de barreiras montanhosas a norte e a leste, protegendo esta depressão (Campanha Gaúcha) contra a invasão de massas de ar tropicais marítimas e equatoriais. “A estepe ocupa solos Litólicos, eutróficos, formados a partir de derrames basálticos do Juracretáceo” (LEMES; SILVA, 2013, p. 74).

Os autores ainda referem um ressecamento fisiológico das plantas durante os meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, sintoma observado em toda a região da estepe. No Planalto da Campanha, nas áreas de solos rasos com presença de afloramentos rochosos, observa-se o início do murchamento da vegetação campestre, mesmo em curtos períodos com ausência de precipitações. Isto se deve à baixa capacidade de retenção de água do solo, dada a pequena profundidade do sistema radicular da vegetação graminosa (LEMES; SILVA, 2013).

O bioma pampa (Figura 4), cuja ocorrência no Brasil é restrita ao Rio Grande do Sul, ocupa a metade sul do estado, se estendendo por 63% do território gaúcho. Define-se por um conjunto de vegetação de campo em relevo predominante de planície que se estende também pelo Uruguai e Argentina e é marcado pela presença de grande diversidade de fauna e flora, ainda pouco conhecida.

Figura 4: Mapa do Bioma Pampa



Fonte: Portal do Projeto Biodiversidade, disponível em:

<http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes_portal&id=24&submenu=13>

Acesso em: 06.08.2016.

A ocupação dessas importantes porções de terra eram projetos tanto do governo imperial brasileiro quanto da Argentina e Uruguai, durante o século XIX, e o reconhecimento da região e mapeamento de suas “riquezas” foi feito por intelectuais, viajantes e naturalistas não só contratados por essas nações, mas cujos trabalhos independentes foram apropriados para tal fim.

O francês Alejo Peyret, escritor que vivia há mais de vinte anos em Entre Rios na Argentina, foi comissionado pela *Oficina de Tierras y Colonias* para fazer uma viagem ao território de Misiones, com o objetivo de relatar ao governo argentino as localidades mais convenientes para a colonização oficial. O resultado dessa expedição foi divulgado através de cartas com descrições “geográficas e pitorescas” segundo o jornal *La Tribuna Nacional*. Peyret sugere que “Es tiempo de que la actividad humana vuelva hacer su aparición en esas selvas lóbregas y solitarias, donde el silencio solemne de una naturaleza exuberante infunde al mismo tiempo um sentimiento de admiración y de tristeza” (PEYRET, 1881, p. 7). É com esse “espírito de progresso e povoação” que tanto as terras na banda oriental do rio Uruguai – lados brasileiro e uruguaio – quanto do lado ocidental – argentino e uruguaio – também passam a ser vistas como locais importantes não só do ponto de vista político, mas também econômico.

A viagem de Peyret tem início ao norte do território argentino e suas descrições começam falando das potencialidades e dificuldades das regiões vizinhas aos rios Iguaçu e Paraná, descendo pela província de Misiones até alcançar Corrientes. Outro viajante nessas terras foi Arsène Isabelle, cinquenta anos antes de Peyret. Sua *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, publicada em livro, ocorreu nos anos de 1830 a 1834 e iniciou pelo Rio da Prata, subindo pelo Rio Uruguai até a região das missões brasileiras. Diferente de Peyret, Isabelle era um naturalista e sua viagem tinha o objetivo de coletar amostras de minerais, vegetais e animais dessa região. Também conhecedor do Rio Paraná, esse autor o compara ao rio Uruguai afirmando que o Paraná:

[...] é mais fecundo e alegre mais os olhos pela variedade da paisagem. O Uruguai, ao contrário, desde Salto a Itaqui, só apresenta, nas duas margens, uma estreita moldura de árvores bastante variadas, é certo, mas que se repetem sucessivamente em todo o curso do rio. São espinillos, salgueiros, laureles, ceibos, ñandubais, timbos, talas, lapachos, palmeiras e arbustos espinhosos (...) mas, seguindo as savanas, ou os terrenos inundados a vista mal pode repousar nas vastas planícies baixas ou levemente onduladas, desprovidas de árvores, e que só oferecem um capim espesso, torrado pelo sol, e mais alto do que um homem, em alguns lugares. Essas planícies ficam alagadas até grandes distâncias, nos tempos em que o rio transborda, Isso acontece particularmente, na margem esquerda, isto é, na banda Oriental ou Missões brasileiras, porque a margem direita, Entre-Rios e Corrientes, apresenta, em geral, terrenos mais elevados e uma vegetação mais variada (ISABELLE, 2006, p. 183).

Essa questão da terra e de seus usos durante todo o século XIX está diretamente ligada aos avanços e recuos das fronteiras, em especial com o Uruguai cuja maior porção era de fronteiras secas ou de cursos d'água de pequena proporção, o que facilitava e expansão das grandes estâncias sul-riograndenses e, conseqüentemente, o mesmo modelo de ocupação e exploração da terra. Reckziegel aponta para o fato de que a ocupação de terras oficialmente uruguaias por estancieiros riograndenses alcançou números consideráveis nas décadas de 30 e 40 do séc. XIX.

Foi substancial. Em 1850, a propriedade de sul-rio-grandenses estava assim configurada: 342 léguas adjacentes entre a lagoa Mirim e o Chuí pertenciam a 35 propriedades sul-rio-grandenses. Na fronteira de Bagé, nos departamentos de Treinta y Tres e Cerro Largo, eram 154 estancieiros. Na fronteira de Quaraí e Missões, eram 238 proprietários possuidores de 1.782 léguas quadradas. Essas propriedades representavam 1/3 ou 30% do território uruguaio de posse de sul-rio-grandenses (RECKZIEGEL, 1994, p. 84).

Somado a isso, na segunda metade do século XIX essa região também é palco da Guerra do Paraguai e de novas invasões territoriais, agora declaradamente belicosas, como é o caso da invasão da vila de São Borja, em junho de 1865, pelos paraguaios.

Partindo da investigação do processo histórico da transformação ambiental nas regiões oeste e sul do Rio Grande do Sul, com ênfase na devastação da cobertura vegetal nativa e no desenvolvimento agrícola e pastoril, especialmente a região de fronteira sob influência do Rio Uruguai, busca-se mapear, concomitantemente, as mudanças em práticas e costumes locais que muitas vezes não são percebidos como diretamente ligados ao fator ambiental. Além disso, identificam-se, nesse processo, medidas e/ou ações tomadas para a preservação ou não do restante dessa vegetação nativa. Esse é o caso exemplificado por Brailovski ao descrever a região pampeana pré conquista europeia:

En la pampa previa a la conquista, la ausencia de herbívoros importantes permitía que los pastos cumplieran su ciclo biológico completo, Nacían, crecían a gran altura, se reproducían y morían dejandolos grandes pajonales secos que caracterizaron a la llanura vieja. (...) La introducción del ganado significo un súbito enriquecimiento del suelo pampeano. Después de muchos miles de años de ausencia de animales grandes, aparecen, se multiplican y mueren millones de vacas e caballos. (...) En tal sentido, los cambios ecológicos que facilitaron la expansión de los ganados posibilitaron también la repoblación de la pampa por parte de tribus indígenas, las que, a su vez, utilizaron el fuego con frecuencia. Así, los cambios sociales y ecológicos aparecen profundamente entrelazados (BRAILOVSKI, 2009, p. 53).

A discussão sobre a transformação ambiental e, especialmente, sobre o processo de devastação, além de uma preocupação mais ampla com a história ambiental dessa região, passa pelo estudo de momentos distintos da história local. A começar pela observação de como a natureza era utilizada como riqueza e fator de atração para a ocupação dessa

porção do território brasileiro e suas respectivas fronteiras uruguaia e argentina, com destaque para as grandes estâncias de produção pecuária e do florescimento da agricultura de exportação em finais do século XIX e início do XX, como é o caso da produção de arroz, cultura completamente nova para os padrões locais até então e que atualmente é o grande produto de exportação regional. O intuito primeiro era, no século XIX, ocupar e demarcar fronteiras nacionais, explorar os rios navegáveis e, com isso, alargar não só as fronteiras territoriais, mas as relações de poder e dominação na região platina. Posteriormente, passa a ser uma região com potencial extrativista e agrícola, fator preponderante no crescimento econômico desses países.

A especificidade dos biomas que compõem a região também precisa ser considerada ao investigarmos a ocupação humana e as apropriações da natureza local. A eleição dos elementos que foram considerados “recursos naturais” e, contrariamente, os que foram percebidos como problemas e entraves ao progresso também contribuem para formar um quadro geral da história ambiental local. Um fenômeno comum a todas as áreas, no aspecto econômico, foi a intensificação das atividades extrativas e agropecuárias, especialmente nos anos finais do século XIX e início do século XX.

Nas áreas de mata no noroeste do Rio Grande do Sul e na Província de Misiones na Argentina, pontos característicos de predomínio vegetal de mata atlântica, as madeiras nobres eram extraídas pelas companhias colonizadoras ou pelos próprios colonos e estancieiros e muitas delas foram exportadas para Buenos Aires em forma de balsas que “desciam o Rio Uruguai nas épocas de cheia ou pelos trilhos das ferrovias que se instalavam gradativamente” (CABRAL; CESCO, 2008, p. 43).

A exportação de madeiras do Rio Grande do Sul era assim distribuída na década de 1920 (Quadro 1).

Quadro 1: Exportação de madeira do Rio Grande do Sul, na década de 1920. Valores expressos em toneladas.

Anos	Portos nacionais	Argentina	Uruguai	Outros países
1925	1.244	16.639	19.847	14
1926	67	16.943	16.928	83
1927	4.058	29.992	25.591	3
1928	1.232	22.082	18.061	288
1929	499	34.372	23.544	72

Fonte: VARGAS, 1930. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acesso em 01.06.2015.

Ressalta-se que:

O comércio de madeiras do Rio Grande do Sul representa mais da décima parte do tráfego ferroviário total do estado. Nos anos 1920 as exportações de madeira do Rio Grande do Sul subiram de 20.122 toneladas em 1920 para 57.988 toneladas em 1929. Os portos da Argentina e Uruguai são os principais receptores e clientes das madeiras do Rio Grande do Sul (VARGAS, 1930, p. 27).

A pecuária e a agricultura são os outros elementos tidos aqui como fundamentais para entendermos a construção do quadro sócio-econômico-ambiental na segunda metade do século XIX e início do século XX. Ao analisarmos a bibliografia existente sobre a região oeste do Rio Grande do Sul e estudos de história ambiental da Argentina, especialmente, constatamos que temos um conjunto de pesquisas que indicam a importância desses setores quer para a economia dos respectivos países, quer como elementos condicionantes

das transformações ambientais e ecológicas locais. Comparativamente, no início do século XX o quadro era assim descrito:

A área agrícola do RS em 1929 era de 26.599 km², ou seja, 16% da superfície do estado. A pecuária ocupava a área de 178.400 km² e apresentava uma população de 26.016.900 cabeças. A cultura do arroz cresceu substancialmente no início do século XX e na fala de Getúlio Vargas de 1930 recebe destaque as remessas riograndenses de arroz enviadas à Argentina e ao Uruguai pelas fronteiras e por mar. Por outro lado, utilizando os fretes de retorno, comprávamos trigo, madeira e outros produtos. As exportações do RS em 1917 para esses dois países eram de 22 toneladas de arroz e chegou a 30 mil em 1923, caindo depois com a recuperação da produção de arroz italiana depois da Guerra (VARGAS, 1930, p. 28).

Já em meados do século XIX o quadro era de uma região ocupada por pequenas vilas, pouco comércio e uma crescente ocupação territorial por particulares – estancieiros. A produção agrícola não era relevante para a balança comercial e o foco era ocupação estratégica de terras de fronteira. Uma colonização programada e a criação de colônias agrícolas de estrangeiros efetivam-se no final do século e em sua maioria não chegam a essa região “marginal” do Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

Ao considerarmos as limitações e influências ambientais impostas pela fronteira, muito mais política que social e ambiental nessa região específica, perceberemos com mais clareza a relação mantida entre o homem e o meio natural nessa constante adaptação e readaptação. Uma região distante, isolada, caracterizada por grandes áreas de pastos e capões de mato, com gado selvagem e pequenas vilas pouco povoadas foi por muito tempo entendida como desfavorável para o progresso.

Depois da destruição das reduções jesuíticas e com uma “exploração” econômica voltada para as grandes estâncias pecuárias onde a produção agrícola só se efetivou de forma relevante para a economia no final do século XIX e início do XX, as características locais eram entendidas como negativas e demandaram um longo processo de adaptação e transformação da natureza local com a adequação de muitas áreas para os padrões almejados pelo “progresso”.

A partir disso consideramos o desmatamento, o aproveitamento das madeiras extraídas, as queimadas para novos pastos, a terra limpa e a produção agrícola e pecuária como partes de um grupo de projetos e ideias de civilização e desenvolvimento que ultrapassaram as questões econômicas ou políticas que visavam a ocupação estratégica do território e a exploração de recursos desse mesmo território. A amplitude da questão dos usos da terra reside no fato de compreendermos a riqueza cultural local e as consequências dessa transformação para as sociedades locais. Muito mais do que espécies vegetais e animais, a região das missões, o pampa, era e é permeado de símbolos e utilidades que lhe foram atribuídos durante séculos por diversas populações indígenas que nela viveram e dela tiraram muitas de suas referências culturais. Além da destruição da flora e da fauna nativas, o impacto das novas culturas agrícolas e do impedimento de acesso à terra em consequência das demarcações e ocupações por grandes estancieiros, implicou na destruição de muitas informações sobre a natureza local e seus habitantes. Mesmo que as questões ambientais fossem reconhecidas como relevantes, quer para a exploração de recursos ou para a política externa, raramente foram debatidas de forma individual, ao contrário, faziam parte de análises mais amplas, em que a agricultura, a política e os resultados econômicos destas davam o tom.

Segundo Pádua (2002, p. 283), “os problemas ambientais estavam inseridos no conjunto dos problemas estruturais que afetavam o país”. O entendimento das questões políticas de demarcação de fronteiras, exploração de recursos naturais, crescimento

econômico não pode ser completo sem considerarmos a natureza local – de cada local estudado – suas características, potencialidades e dificuldades, quer do ponto de vista econômico, político ou social.

Por conta disso, esse trabalho é um esforço inicial para a ampliação dos estudos sobre a história das fronteiras platinas, onde elementos não considerados até então pela historiografia como relevantes são aqui percebidos como fundamentais. A terra, o pampa, suas plantas e animais são elementos que devem, necessariamente, fazer parte dos estudos sobre a história local e que não constaram das opções metodológicas dos historiadores locais por muito tempo. O papel da dita “natureza local” no processo de transformação social e cultural de uma região, além dos valores atribuídos aos recursos naturais, qual o grau das intervenções humanas e as influências dessa natureza na sociedade são sim fundamentais para entender a transformação dela durante o período em questão.

Os fatos, as imagens, os discursos e os documentos analisados até o presente sobre essa região evidenciam que ainda há muito o que ser dito, especialmente sobre a natureza local e a relação dos homens com ela. De acordo com o exposto acima, entendemos que o ponto de partida para o conhecimento de qualquer realidade social – e, nesse caso específico, o processo histórico de transformação e apropriação ambiental das áreas de fronteira no sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai – está em suas relações com o lugar onde se situam. Nesse caso específico, muito mais que aquilo que foi destruído a partir de um processo de reocupação e transformação, é importante analisar as novas construções. Hábitos, alimentos, animais, culturas, enfim, a vida na região fronteira ao sul do Brasil, na região das missões argentinas e no noroeste do Uruguai está permeada pelas ações e reações das populações locais frente ao seu ambiente. O entendimento dessas transformações ambientais locais como fazendo parte de um processo social e cultural, além de econômico e/ou político, amplia o entendimento da história regional e, conseqüentemente da região platina.

Notas de Referencia

¹ Os biomas são definidos pelo IBGE como “*um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.*” O país possui 5 grandes biomas. O de maior extensão é o da Amazônia que abrange 49,29% do território brasileiro e uma área aproximada de 4.196.943 km². O menor bioma é o do Pantanal com uma área aproximada de 150.355 km² ou 1,76% do território do Brasil. No Rio Grande do Sul, em função da diversidade de clima, solos e relevo há a formação de distintos ecossistemas derivados de dois grandes biomas: a Mata Atlântica e o Pampa (<http://www.florestal.gov.br/>).

² Estepe é um termo originário da Rússia (Cmenne), adotado para nomear extensões territoriais destituídas de vegetação arbórea ou não cultivadas, ou seja, regiões desertas quanto ao uso e não necessariamente no sentido geobotânico, ainda que também o inclua. Na literatura internacional, o termo Estepe tem sido adotado para designar formações vegetais predominantemente campestres da zona temperada com precipitação pluviométrica distribuída ao longo de todo o ano, com um máximo estival, tais como: os campos do sul da Rússia; os do meio-oeste dos Estados Unidos da América; e os dos Pampas sul-americanos (IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2ed. Rio de Janeiro, 2012, p, 270).

Referências Bibliográficas e Documentais

BRAILOVSKI, Antonio. **Memória Verde**. 8 ed. Buenos Aires: Debolsito, 2009.

CABRAL, Diogo de Carvalho. CESCO, Susana. Notas para uma história da Exploração Madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XI, n. 1 p. 33-48.jan.-jun. 2008.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 152-164, jul.-dez., 2016

FREITAS, Frederico Santos Soares de. As viagens de Francisco Moreno: visões da natureza e construção da Nação no extremo sul argentino – 1873 – 1903. **Revista AngelusNovus**, n1, Agosto 2010.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 2013.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. (Edições do Senado Federal; v. 61).

IBGE. **Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra - Uso da Terra no Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2010.

KONIG, Falko et al. Bioma Pampa: Interações entre micro-organismos e espécies vegetais nativas. **Rev. de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 37, n. 1, mar. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>> Acesso em: 06.08.2016.

LEMES, Lucio; SILVA, Bruno Gato da. A paisagem regional da Fronteira Oeste e o Areal de Quaraí/RS. **Revista LEPA – Textos de Arqueologia e Patrimônio**. Vol. I, 2013, Santa Maria, RS: Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas Editores, Jul/2013. Jun/2014. pp. 71-102.

MAGNOLI, Demétrio. Uma Ilha chamada Brasil. **Rev. Nossa História**, 3 (25): 14-19. São Paulo: Vera Cruz, 2005.

NODARI, Eunice Sueli. Mata Branca: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: Nodari, Eunice Sueli e Klug, João (eds.) **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp.35-53.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEYRET, Alejo. **Cartas sobre Misiones. Buenos Aires**. Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. **A diplomacia marginal: as vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1994.

RIGHI, Eléia; ROBAINA, Luis Eduardo de Souza. Enchentes do Rio Uruguai no Rio Grande do Sul entre 1980 e 2005: uma análise geográfica. **Sociedade & Natureza (Online)**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 35-54, Apr. 2010.

VARGAS, Getúlio. **Relatório do Presidente Getúlio Vargas sobre o Rio Grande do Sul**, 20 de setembro de 1930. Getúlio Vargas. Disponível em <<http://www.wapps.crl.edu/brazil/provincial>> Acesso em 01.06.2015.

Site consultados:

<http://www.florestal.gov.br/>

http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes_portal&id=24&submenu=13